tigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Justiça, um crédito especial da importância de 250.000\$, destinado a reforçar a verba inscrita no artigo 183.º do capítulo 5.º do orçamento para o actual ano económico do segundo dos mencionados Ministérios, com aplicação a despesas de sustentação e outras concernentes aos presos internados nas cadeias concelhias, comarcãs e julgados municipais de todo o País.

Art. 2.º São anuladas as importâncias abaixo indicadas nas seguintes dotações do orçamento do Ministério da Justiça para o corrente ano:

Capítulo 4.º, artigo 51.º, n.º 2)	60.000\$00
Capítulo 4.º, artigo 52.º	85.000\$00
Capítulo 4.º, artigo 53.º	25.000\$00
Capítulo 4.º, artigo 54.º, n.º 1)	10.000\$00
Capítulo 4.º, artigo 76.º, n.º 2)	45.000\$00
Capítulo 5.º, artigo 110.º, n.º 3)	25.000\$00
	250.000\$00

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 24 de Julho de 1935.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Henrique Linhares de Lima* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa* — *Anibal de Mesquita Guimarães* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Duarte Pacheco* — *José Silvestre Ferreira Bossa* — *Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação* — *Sebastião Garcia Ramires* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

Decreto-lei n.º 25:659

Em harmonia com o artigo 3.º do decreto n.º 16:899, de 27 de Maio de 1929, tem-se instaurado no 2.º distrito do Tribunal das Execuções Fiscais de Lisboa a quasi totalidade das execuções por dívidas à Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, enquanto no 1.º distrito se instauraram apenas setenta e duas: a manifesta desigualdade da distribuição tem assim sobrecarregado aquele distrito.

Por outro lado, também no 1.º distrito, em virtude do que dispõe o artigo 11.º e seus parágrafos do decreto n.º 12:308, de 14 de Setembro de 1926, o número de execuções instauradas, embora menos trabalhosas do que aquelas, é muito mais elevado do que no 2.º distrito. Impõe-se, por isso, a sua distribuição por igual pelos dois distritos, o que, além de trazer como consequência maior celeridade no andamento dos trabalhos, como convém aos interesses do Estado, permitirá que todos os funcionários do Tribunal possam especializar-se em todos os serviços das aludidas execuções. Por isso:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º As execuções que não tenham por base certidão de relaxe ou certidão passada pelos chefes das repartições de finanças dos bairros e extraída dos processos por transgressão das leis fiscais serão distribuí-

das com a possível igualdade em número e valor pelos dois distritos do Tribunal das Execuções Fiscais de Lisboa.

§ único. Para esse efeito deverão os necessários elementos ser remetidos, com officio, ao delegado do Procurador da República junto do Tribunal, que efectuará a distribuição.

Art. 2.º Ficam revogados o artigo 11.º e seus parágrafos do decreto n.º 12:308, de 14 de Setembro de 1926, e os §§ 1.º e 2.º do artigo 3.º do decreto n.º 16:899, de 27 de Maio de 1929.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 24 de Julho de 1935.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Henrique Linhares de Lima* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa* — *Anibal de Mesquita Guimarães* — *Armindo Rodrigues Monteiro* — *Duarte Pacheco* — *José Silvestre Ferreira Bossa* — *Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação* — *Sebastião Garcia Ramires* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

Portaria n.º 8:177

Para cumprimento do disposto no artigo 6.º do decreto-lei n.º 25:302, de 8 de Maio de 1935, manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, aprovar o seguinte:

1.º O concurso para informadores fiscais constará de uma prova escrita, com dois pontos, versando:

a) A classificação de um contribuinte dos grupos A e C da contribuição industrial, de harmonia com a tabela aprovada por decreto n.º 18:270, de 1 de Maio de 1930, e relação geral das indústrias e comércios anexa ao decreto n.º 18:222, de 19 de Abril de 1930, ou a determinação de profissão, de harmonia com o disposto no artigo 61.º do decreto n.º 16:731, de 13 de Abril de 1929;

b) A redacção de uma intimação, notificação ou informação sobre matéria de contribuições e impostos.

2.º O júri será o nomeado de harmonia com o disposto no artigo 33.º do decreto n.º 18:176, de 8 de Abril de 1930.

3.º Na abertura do concurso, prestação e classificação das provas observar-se-á, na parte applicável, o disposto na portaria n.º 6:971, de 21 de Novembro de 1930, e decretos n.ºs 19:277, de 26 de Janeiro de 1931, e 23:396, de 23 de Dezembro de 1933.

4.º É reduzido a dez o número de pontos a que se refere o artigo 8.º da citada portaria n.º 6:971.

Ministério das Finanças, 24 de Julho de 1935.— O Ministro das Finanças, *António de Oliveira Salazar*.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Repartição do Gabinete do Ministro

Decreto n.º 25:660

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É aprovado e pôsto em execução o regulamento do Conselho Tutelar e Pedagógico dos Exércitos de Terra e Mar.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 24 de Julho de 1935.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa* — *Anibal de Mesquita Guimarães*.